Ano 10 I Número 96 I Julho de 2013

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

FORÇA-TAREFA
CONTRA AS DISTORÇÕES DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

CACB deflagra campanha de conscientização do empreendedor e mobiliza federações e 2.300 associações comerciais de todo o país contra a norma vigente em vários estados

CACB COMEMORA 101 ANOS DE FUNDAÇÃO E DOIS SÉCULOS DE ASSOCIATIVISMO

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE
José Paulo Dornelles Cairoli (RS)

1º VICE-PRESIDENTE
Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES
Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO
Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR–FINANCEIRO
George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES
Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Rodrigo Paolilo

SUPERINTENDENTE
Antônio Chaves Barcellos

GERENTE ADMINSTRATIVO/FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR CBMAE/INTEGRA
Valério Souza de Figueiredo

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Thais Margalho

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nilton Ricardo Felgueiras Faria e Sousa
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Wander Luís Silva
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Alaor Francisco Tissot
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

A gota d'água

Estamos alarmados com as péssimas perspectivas das micro e pequenas empresas diante da chamada substituição tributária. Uma pesquisa apresentada pelo Sebrae, em nossa reunião de diretoria, mostra que apenas um terço dos micro e pequenos empresários brasileiros tem percepção e conhecimento sobre a substituição tributária (ST) e como ela funciona. Micro e pequenos empreendedores (MPEs) são submetidos ao mesmo regime tributário das médias e grandes empresas. Estamos inquietos diante deste cenário, porque mais de 90% dos nossos 2,4 milhões de associados estão no regime do Simples Nacional. Por esta razão, preparamos uma ação emergencial para mobilizar as Federações e as Associações Comerciais para mostrar aos empreendedores do que trata a substituição tributária para depois, aproveitando sua capilaridade, fazer um movimento que resulte em mudanças estruturais na ST.

Em apenas cinco meses, de novembro de 2012 a abril de 2013, cada 1 ponto percentual no aumento da carga tributária que impactava na queda de 1,38% na geração de emprego aumentou para 1,98%. As distorções são tão grandes (apenas os Estados de Santa Catarina e Paraná adotam critérios civilizados à substituição tributária) que o aumento da receita advinda da substituição tributária passou de R$ 65 bilhões entre 2008 a 2011 para R$ 113,5 bilhões, conforme dados da Fundação Getulio Vargas. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do governo federal mostram que as MPEs responderam por 83,5% do saldo da geração líquida de empregos, enquanto a média e a grande empresa foram responsáveis por 14,5%.

A dois meses de nosso Congresso, já concluímos a pauta e estamos acertando detalhes do nosso encontro anual com a confirmação dos convidados. Nesta 23ª edição, quatro eixos que guiam o desenvolvimento irão sustentar os debates. Os temas escolhidos são simbólicos para nós: desburocratização, substituição tributária, crédito e gestão. Baseados neste quarteto, traçamos as linhas que vão sustentar o diálogo que será travado entre representantes do executivo, legislativo e iniciativa privada.

Não poderia deixar de registrar que o rumo dos acontecimentos, com as manifestações populares que ocupam as ruas de todo o país, vão redefinir a trajetória da política e da economia. Neste momento, estamos observando os acontecimentos e esperamos que tudo se resolva pelas vias democráticas e que os pedidos de mudança que estão nas ruas cheguem para completar o círculo virtuoso do crescimento com justiça social.

José Paulo Dornelles Cairoli, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
Estamos alarmados com as péssimas perspectivas das micro e pequenas empresas diante da chamada substituição tributária.

5 PELO BRASIL
CACB defende a extinção da contribuição social de 10% sobre a multa do FGTS paga pelo empregador no caso da demissão sem justa causa do empregado.

8 CAPA
CACB deflagra campanha nas federações de comércio de todo o país contra as distorções da substituição tributária.

12 CASE DE SUCESSO
Sala do Empreendedor de Santo André formaliza empresas em apenas uma hora.

14 FEDERAÇÕES
Francisco de Assis Silva é o novo presidente da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal (FACIDF).

17 EVENTO
CACB comemora 101 anos de fundação e dois séculos de associativismo.

18 PROGRAMA
Ação da CACB desponta como propulsor de MPE no RN.

20 CBMAE
Ouro Preto promove curso de reciclagem para conciliadores da rede de PACEs.

22 ECONOMIA
PIB do trimestre decepciona e governo revisa previsão.

24 TRIBUTOS
Governo adia por um ano a vigência da lei que obriga à discriminação de impostos em nota fiscal.

26 CONJUNTURA
Dólar dispara, mas Banco Central prevê estabilização.

28 COMÉRCIO EXTERIOR
Viagem do vice-presidente Joe Biden ao Brasil prepara visita de Dilma à Casa Branca.

30 LIVROS
Por que as Nações fracassam.

31 ARTIGO
Roberto Dias Duarte escreve: Empreender no Brasil continua nada simples.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL
Setor têxtil traz oportunidades de crescimento.

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: Divulgação
Revisão: Flávio Dotti Cesa
Colaboradores: Cyntia Menezes e Thaís Margalho.
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

CACB defende o fim dos 10% da multa do FGTS

A CACB está mobilizando a rede de associações comerciais a fim de promover o apoio ao Projeto de Lei Complementar 200/12, por meio de uma carta enviada aos presidentes de cada Federação. O PLC 200/12 estabelece um prazo para a extinção da contribuição social de 10% sobre a multa do FGTS paga pelo empregador no caso da demissão sem justa causa do empregado. Na carta, o presidente da entidade, José Paulo Dornelles Cairoli, sugere que os estados se mobilizem em apoio ao projeto de lei, tendo em vista que sua aprovação ajudaria os empreendedores na redução dos altos custos e daria fim ao desvio de recursos.

O governo arrecada perto de R$ 3 bilhões por ano com a multa e destina o dinheiro para o programa Minha Casa, Minha Vida. Criada em 2001 para compensar as perdas do FGTS provocadas pelos Planos Verão e Collor 1, de 1989 e 1990, a multa recolhida entra no caixa único.

Integra promove curso em Natal

Nos dias 22 e 23 de maio de 2013 foi realizado o curso presencial "Encante seu Cliente", em espaço cedido pela Associação dos Lojistas do Midway Mall- Alomid, Presidente Edmilson Teixeira, em parceria com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Rio Grande do Norte (Facern). No total, foram 55 pessoas.

Para a coordenadora do programa no Rio Grande do Norte, Vanielly Fontes, "a capacitação depende de cada um, depende de nós. O Integra no Rio Grande do Norte está disponível para firmar parcerias e contribuir para o sucesso de todos, pois a capacitação é um diferencial, e as pessoas podem buscar o seu destaque no mercado".

Curso ensina técnicas simples e práticas para que os participantes aprimorem seu relacionamento com os clientes

MG terá forte representação no congresso da entidade

A comitiva da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) para o 23º Congresso da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) já conta com 62 presidentes e executivos de federadas.
O evento acontecerá em Porto de Galinhas (PE) nos dias 11 a 13 de setembro, no Summerville Beach Resort.
O presidente da Federaminas, Wander Luis, assinala que, mais uma vez, Minas Gerais terá expressiva delegação no congresso da CACB.
A federação organizou uma pré-inscrição para as lideranças empresariais no estado.

CBMAE Alegre faz parceria com Procon

Representantes da CBMAE Alegre e Procon-ES assinam parceria para participar do Mutirão Empresarial

Uma parceria entre a Câmara Arbitral da Associação Comercial e Industrial de Alegre, no Espírito Santo, e o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) foi firmada com o objetivo de unir esforços entre os participantes para realização do Mutirão Empresarial entre os dias 17 a 28 de junho. A partir da parceria, as questões não solucionadas no âmbito administrativo do Procon serão direcionadas à CBMAE Alegre para realização de audiências de conciliação. Iniciativas como essa, pioneira no estado, dão credibilidade e ajudam a consolidar o método da conciliação reforçando o compromisso, de forma a evitar o confronto na Justiça, evitando processos onerosos e demorados.

Cursos gratuitos capacitam empresários

Até o final de maio, 116 empresários foram capacitados nas oito turmas formadas nas unidades do Banco Confia, em São Paulo, para os cursos gratuitos do Integra. A ação é resultado da parceria firmada no início de maio entre a CACB e o banco. As unidades atendidas são: Mooca, Itaquera, Capela do Socorro e na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, todas localizadas na capital São Paulo. Até agora foram oferecidos os cursos "Excelência no Atendimento" e "Marketing Pessoal – Você é o Melhor Negócio".

Rio de Janeiro capacita taxistas

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Cooperativa Central Rio de Janeiro firmaram uma parceria para a capacitação de taxistas nos cursos do projeto Integra. O objetivo é oferecer aos profissionais a possibilidade de melhorar seus serviços e a gestão de seu negócio.

Serão oferecidos cursos gratuitos como "Planejamento Financeiro e Familiar", "Excelência no Atendimento", "Importância de Contabilizar", entre outros. A expectativa é de que mais de 700 taxistas participem das capacitações.

Para o diretor-presidente da Rádio Táxi 2000, Maurício Gomes, que representou os taxistas da cooperativa na assinatura do termo de parceria, "a criação da Central não foi fácil, foram quase dois anos de trabalho. E hoje a gente abre portas", comemora.

Cooperativa Central Rio de Janeiro é a mais nova parceria do Integra

Assinado acordo de cooperação com instituição portuguesa

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) assinou no último dia 10 de junho um protocolo de cooperação interempresarial junto à Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (ACL-CCIP).

O acordo pretende reforçar as relações institucionais e aprimorar o intercâmbio de conhecimentos, experiências práticas e oportunidades empresariais existentes entre Brasil e Portugal.

Itamar Aguiar

O presidente da CACB, José Paulo Dornelles Cairoli, e Nuno F. Thomaz, pela ACL-CCIP, assinaram o documento

O protocolo estabelece o comprometimento da CACB e da ACL-CCIP com o fornecimento recíproco e regular de informações de caráter econômico e comercial do interesse dos mercados de ambos os países, além de dar igual tratamento no pagamento do aluguel de salas para apresentação de produtos e serviços ou para a realização de reuniões de negócios.

O acordo também prevê o apoio a eventos ligados ao desenvolvimento das relações econômicas entre Brasil e Portugal, além da promoção e divulgação de Missões Empresariais organizadas tanto pela CACB quanto pela ACL-CCIP.

A assinatura do documento que formalizou essa união ocorreu em Porto Alegre (RS), no escritório do presidente José Paulo Dornelles Cairoli. Nuno F. Thomaz, como vice-presidente, representou a ACL-CCIP.

Empreender divulga resultado da chamada de projetos

No último dia 21 de junho, o Comitê Gestor do Empreender Competitivo divulgou o resultado da Chamada de Projetos 2013/2015. Foram pré-selecionadas 93 propostas, que ainda deverão fazer adequações antes de receber o recurso.

O comitê é formado por técnicos da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo é apoiar ideias e iniciativas capazes de promover mudanças nas micro e pequenas empresas agrupadas em núcleos setoriais, vinculados a entidades empresariais. Nesta terceira edição, foram eleitos como prioritários os seguintes segmentos: cadeia automotiva, cadeia da construção civil, cadeia de confecções, cadeia do agronegócio, segmento de farmácias, cadeia da tecnologia da informação e segmento de turismo. Estes estão representados por 312 núcleos setoriais, preservando a competição por projetos de qualidade e permitindo o atendimento de quase 50% das potenciais propostas.

A seleção observou a sistemática de análise de habilitação; avaliação técnica e pontuação; eliminação das propostas não aprovadas; e duas seleções preliminares – a primeira para as propostas de núcleos setoriais considerados prioritários, e a segunda, a partir dos recursos remanescentes, para as demais propostas. Os projetos têm duração entre 18 e 24 meses, além da exigência de uma contrapartida mínima de 44% do valor total do investimento.

O EMPREENDER COMPETITIVO, NAS DUAS EDIÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL, JÁ ATENDEU MAIS DE

3 mil

EMPRESAS

Confira a lista de projetos aprovados no site da CACB: www.cacb.org.br

Lideranças debateram a questão com o ministro Afif Domingos na Câmara dos Deputados

CACB deflagra campanha contra as **distorções da substituição tributária**

MPEs perderam vantagem em relação aos tributos estaduais, com o estabelecimento do Simples Nacional e a entrada de produtos na regra conhecida como ICMS-ST

Apenas um terço dos micro e pequenos empresários brasileiros têm percepção e conhecimento sobre a substituição tributária (ST) e como ela funciona. Em apenas cinco meses, de novembro de 2012 a abril de 2013, cada ponto percentual no aumento da carga tributária, que impactava na queda de 1,38% na geração de emprego, aumentou para 1,98%. Os dados são de um levantamento produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

"É urgente fazer algo para mudar este cenário. Primeiro, vamos conscientizar o empreendedor sobre o que está acontecendo, numa verdadeira logística de guerra, depois mobilizar contra as normas vigentes da substituição tributária que é diferente em cada estado", explica o presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), José Paulo Dornelles Cairoli, sobre a ação emergencial que vai mobilizar as 27 Federações e as 2.300 Associações Comerciais.

Mais de 90% dos 2,4 milhões de associados da CACB estão no regime do Simples Nacional. Ao perderem as vantagens da opção tributária, a partir da aplicação de alíquotas do regime geral nas transações com outros estados, os micro e pequenos empreendedores (MPEs) pagam como os grandes e, sem qualquer outra saída, demitem e/ou fecham suas portas. "O sistema de arrecadação de que os estados não querem abrir mão está promovendo no país um silencioso desemprego", explica Cairoli.

A entidade tem realizado encontros empresariais, reuniões com lideranças políticas e com entidades e bancadas estaduais no Congresso Nacional. A CACB espera que a nova Secretaria das Micro e Pequenas Empresas seja um espaço de debate sobre o tema. O ministro responsável pela pasta, Guilherme Afif Domingos, já sinalizou que, tratando-se de MPEs, "a Constituição inseriu o tratamento diferenciado no campo administrativo, e nós temos o Simples, que precisa ser aperfeiçoado e ampliado, e inclusive discutir a substituição tributária que acabou anulando o efeito de benefício", explica.

Enquanto isso, as federações estão mobilizadas pela reavaliação das distorções causadas pelo modelo de substituição tributária adotado no país. "A 'farra' fiscal dos governadores destoa do esforço do governo federal, que vem desonerando setores para incentivar o crescimento econômico. A política dos estados que não abrem mão está esfriando a economia, porque não há corte de gastos e os gestores públicos descobriram na substituição tributária um bom disfarce para aumentar a arrecadação", avalia o presidente da CACB.

Saiba mais sobre o tema:

CÁLCULO DO IMPOSTO

Fórmula: ICMS ST = (Al x BC ST) – (ICMS operação própria)

Onde:

- **ICMS ST** = imposto a recolher por substituição tributária;
- **Al** = alíquota interna aplicável ao produto;
- **BC ST** = base de cálculo da substituição tributária apurada conforme regra aplicável ao produto;
- **ICMS operação própria** = ICMS incidente sobre a operação praticada pelo próprio remetente.

MVA original e MVA ajustada

Diversos protocolos e convênios determinam que margens de valor agregado diferentes sejam utilizadas nas operações internas e operações interestaduais. Em síntese, a metodologia foi criada com objetivo de equilibrar os preços nas duas operações em face da diferença nas alíquotas interna e interestadual aplicáveis às operações próprias dos substitutos. E como o valor do imposto integra a base de cálculo, o preço de partida para fins de determinação da base de cálculo da substituição tributária gera desequilíbrio em relação às duas alíquotas e, por óbvio, no preço final da mercadoria.

Diferencial de alíquota

Quando contribuinte do ICMS compra mercadoria de outro estado para seu uso ou consumo, revenda ou industrialização, é cobrada diferença entre a alíquota interna e interestadual. O objetivo é garantir a isonomia com os produtos internos.

Antecipação na fronteira

O adquirente de mercadoria originária de outros Estados ou do Distrito Federal, no momento de sua entrada, deve recolher o ICMS sobre a operação de saída futura.

Fonte para o Box: FACISC e Sebrae

A justificativa dos estados

Segundo o gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, "alguns estados alegam que aplicam a substituição tributária porque não podem fiscalizar. No entanto, existem mecanismos e soluções que podem ser aplicados para diminuir a sonegação: educação fiscal, construir cruzamento de dados e utilizar nota fiscal eletrônica". Quick aponta ainda que "onerar os pequenos empreendedores é diminuir a geração de emprego".

No universo disperso de 7,4 milhões de micro e pequenos empreendedores no Brasil, a classe empresarial precisa buscar vínculos para obter representatividade política. "O movimento da Associação Comercial e Empresarial é a mãe de todos os outros movimentos. Sua marca é o livre associativismo. Além de ser o mais antigo, tem a maior e melhor malha de política pública empresarial."

Substituição tributária nos estados

As distorções são tão grandes (apenas os estados de Santa Catarina e Paraná não sobrecarregam as MPEs) que o aumento da receita advinda da substituição tributária passou de R$ 65 bilhões, em 2008, para R$ 113,5 bilhões, em 2011, conforme dados da Fundação Getulio Vargas. Dinheiro que saiu do bolso dos pequenos e entrou nos cofres estaduais, impactando as MPEs. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do governo federal mostram que as MPEs responderam por 83,5% do saldo da geração líquida de empregos, enquanto a média e a grande empresa foram responsáveis por 14,5%. Confira a avaliação de lideranças empresariais associadas à CACB.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a lista inclui produtos como pneumáticos, remédios, tintas, pães e piscinas de fibra de vidro. Não existe a intenção de incluir novas mercadorias, mas inserções pontuais podem acontecer a qualquer momento. O governo estadual tem dado espaço à Federação das Associações Comerciais e de serviços do estado (Federasul) para discutir os critérios adotados na definição das margens de valor agregado, mas ainda não há medida compensatória prevista.

"O sistema causa perda de competitividade e impede o crescimento das micro e pequenas e empresas do país por conta da utilização política da substituição tributária de forma descontrolada e avassaladora, no único intuito de aumentar a arrecadação", avalia o presidente da Federasul, Ricardo Russowsky. A entidade tem pleiteado junto à Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e do governo estadual na busca de soluções para os danos causados ao setor.

Maranhão

No estado do Maranhão, a lista é extensa e inclui tanto bens de serviço quanto bens de produção. A margem de valor agregado varia de 22 a 103%. E para alguns produtos, como a garrafa de vidro retornável, o lucro do governo sobre a tributação chega a 250%. Segundo informações do presidente da Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faem), não há nenhuma ação junto ao governo para minimizar este sistema.

Roraima

Como nos demais estados, a lista de produtos alcança quase todos os setores da economia, mas a Secretaria de Fazenda do estado alega não ter estudos que visem aumentar a margem de valor agregado ou inserir novos produtos no modelo de cálculo. Segundo informações do presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima (Facir), não há nenhuma ação junto ao governo para minimizar este sistema.

PARÁ

No Pará, o governo alega que o estado adota as regras gerais de substituição tributária por meio de convênios, protocolos e outros instrumentos legais. A lista de produtos alcança todos os setores da economia – desde bens de produção até bens de consumo diário, como alimentos. A base para o cálculo da margem de valor agregado vai de 9 a 205%. Segundo o presidente da Assembleia Geral da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa), Reginaldo Ferreira, apesar de já direcionar algumas conversas com o governo estadual, ainda não há nenhuma medida compensatória definida.

Mato Grosso

Seguindo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne as secretarias de Fazenda dos estados, o governo mato-grossense lista uma enorme quantidade de produtos para viger sob o sistema de substituição tributária.

A lista inclui todo tipo de produtos industrializados – sendo bens de consumo ou de produção, e deve aumentar ainda em 2013.

O presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso (Facmat), Jonas Alves de Sousa, revela que a entidade tem acompanhado e discutido ajustes à aplicação da legislação tributária, e "para diminuir o impacto da substituição tributária sobre as companhias de menor porte, o estado reduziu o valor do ICMS recolhido pelas micro e pequenas empresas", comemora. Os debates têm sido realizados de acordo com o impacto setor a setor.

Santa Catarina

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) preparou uma cartilha sobre substituição tributária para informar aos contribuintes como funciona exatamente o tributo que pagam e para mostrar ao governo como o sistema impacta o setor. A partir de debates realizados com o governo do estado, o empresariado alcançou, desde 2010, uma redução de 70% na margem de valor agregado nas operações internas e interestaduais que destinem mercadorias a empresas enquadradas no Simples Nacional situadas em território catarinense para diversos segmentos.

O presidente da Facisc, Alaor Tissot, explica que "o meio empresarial não suporta mais nenhum aumento de carga tributária. O empresário

diz que a proposta da diminuição do valor agregado ainda é muito alta para o setor produtivo. Queremos uma solução boa para todos", finaliza.

Rondônia

Como nos demais estados, a lista de produtos alcança quase todos os setores da economia, e em 2013 ainda serão incluídos bens de informática e bebidas quentes. A Secretaria de Fazenda do estado alega não ter estudos que visem aumentar a margem de valor agregado. Segundo informações do presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia (Facer), Gerçon Zanatto, não há nenhuma ação junto ao governo para minimizar este sistema.

Mato Grosso do Sul

Apesar de a lista de produtos inclusos no sistema de substituição tributária incluir uma infinidade de setores no Mato Grosso do Sul, não há previsão da secretaria estadual de Fazenda para incluir outras mercadorias ou aumentar a margem de valor agregado. No estado, os produtos podem estar sujeitos à ST ou ao regime do ICMS Garantido, no qual os empresários que adquirem produtos que não estão sujeitos à Substituição Tributária em outras unidades da federação para fins de comercialização devem recolher antecipadamente o ICMS da operação subsequente na entrada da mercadoria no Estado com aplicação da MVA prevista em lei.

"Em praticamente para quase todos os produtos há o recolhimento antecipado do ICMS no estado, sem que tenha havido qualquer transação que justifique sua incidência", explica o presidente da Federação das Associações Empresariais do MS (Faems), Antonio Freire. Ele revela ainda que a entidade tem pleiteado uma política tributária de incentivo aos micro e pequenos empresários com vistas a minimizar os impactos nas contas públicas da redução tributária necessária para equalizar a competitividade com empresas instaladas em outras unidades da Federação. Freire explica ainda que a negociação no estado é dificultada porque a matriz econômica é pouco diversificada e a arrecadação tributária estadual é responsável por 65% da receita do estado, contudo quase 70% da arrecadação ainda ficam em poder da União.

Tocantins

Como nos demais estados, a lista de produtos alcança bens de produção e de consumo, abarcando quase todos os setores da economia. Todavia, a Secretaria de Fazenda do estado alega não ter estudos que visem aumentar a margem de valor agregado ou inserir novos produtos no modelo de cálculo. Segundo informações do presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Tocantins (Faciet), Pedro José Ferreira, não há nenhuma ação junto ao governo para minimizar este sistema, pois ainda não houve demanda pelos empresários ou associações. "Estamos prontos para atender assim que houver necessidade", avalia.

Sergipe

Em Sergipe a lista agrega 35 setores e, em 2013, a previsão é de que até setembro mais seis setores sejam incluídos no sistema de substituição tributária. A Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe (Faciase) conseguiu negociar com o governo estadual a prorrogação da implantação dos novos itens no regime tributário, mas, segundo o presidente da entidade, Alexandre Porto, "as negociações sobre margem de valor agregado ainda não foram definidas".

São Paulo

No estado de São Paulo, quase todos os produtos estão incluídos no regime de substituição tributária, tornando-se difícil enumerar. Segundo avaliação do presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Rogério Amato, a tendência é que todas as mercadorias sejam tratadas neste regime em curto prazo, apesar de a secretaria estadual de Fazenda não ter determinado prazo específico. "O Estado considera a ST muito eficiente, sem considerar a receita adicional da tributação de estoques", avalia Amato. "Em qualquer proposta sobre a reformulação deste tributo, a posição do setor privado deve ser de lutar pelo fim da ST", conclui o presidente.

Amapá

A substituição tributária começou a viger em 2010 no Amapá, com uma lista que foi crescendo ano a ano e hoje abarca diversos setores da economia. A Associação Comercial e industrial do Amapá (Acia) chegou a contratar um estudo junto ao Sebrae estadual para mostrar o prejuízo que o modelo de arrecadação tem causado ao setor empresarial, além de divulgação junto à imprensa local, sem conseguir nenhuma medida compensatória. A margem de valor agregado no estado varia entre 33 e 174%. "Com a substituição tributária, o empresário não pode pagar o imposto e a mercadoria fica retida. Aqueles que não têm um capital de giro grande acabam tendo que fechar as portas, porque não conseguem pagar o produto e só depois vender a mercadoria", explica Nilton Ricardo, presidente da Acia. Somente em 2011, 345 empresas fecharam as portas no Amapá, segundo dados da Junta Comercial.

Sala do Empreendedor de Santo André formaliza empresas **em apenas uma hora**

Para sua implantação, a Prefeitura local firmou um protocolo de parceria com várias entidades incluindo o Sebrae

Na Sala do Empreendedor de Santo André já é possível formalizar um novo negócio no município no tempo médio de uma hora. Inaugurado em 27 de abril, o espaço concentrou todos os atendimentos em um único local. O que antes era feito na Praça de Atendimento em postos de trabalho diferentes, agora está centralizado.

As atendentes da Sala do Empreendedor e Praça de Atendimento receberam treinamento do Sebrae, para que pudessem orientar de forma unificada os empreendedores, sobretudo com relação à documentação exigida para sua atividade. A Sala do Empreendedor de Santo André centraliza todas as informações pertinentes ao ramo de atividade escolhido, além de oferecer cursos e serviços de apoio executados por entidades representativas do segmento empresarial e governamental.

Para sua implantação, a Prefeitura firmou um protocolo de parceria com a Acisa (Associação Comercial de Industrial de Santo André), o Banco do Povo Paulista, o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, regional de Santo André), o Sebrae, Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) e o Sescon (Sindicato das Empresas de Serviços

Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo.

A administração, juntamente com as entidades aliadas, oferece serviços e treinamentos. No local, o empresário tem acesso às informações referentes a emissão de alvarás, licença sanitária, cadastro fiscal mobiliário e orientação do Semasa. Recebe ainda orientações sobre os procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária, além de acompanhar pedidos de inscrição municipal, quando a documentação simplificada exigida estiver devidamente apresentada, além de outros serviços.

Vice-prefeita e também secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Trabalho, Oswana Fameli disse ao Diário do Grande ABC que ainda existem pendências. "Vão desde investimento e tecnologia a treinamento de funcionários." Mas garantiu que a agilidade nos atendimentos é uma das vitórias da sala.

"Próximo desafio é elaborar um banco de dados dos empreendedores atendidos para formação de turmas em cursos oferecidos pelo Sebrae e demais parceiros"

A nutricionista de Santo André Andrea Regina Zaccaro de Barros concorda que o atendimento é rápido. Ela estava com uma pendência relacionada a sua inscrição municipal e procurou uma solução na Sala do Empreendedor. Foram necessários 30 minutos ."Eu peguei uma senha para aguardar o atendimento, mas fui orientada a perguntar aos atendentes da sala se era possível regularizar minha inscrição. Nem precisei mais da senha. Eles já foram agilizando os processos, reunindo os documentos necessários. Até o IPTU, que eu não tinha em mãos, conseguiram na hora. No fim, em meia hora saí de lá com o processo concluído", contou Andrea.

O prestador de serviços Douglas Eduardo Menocci também ficou satisfeito com o atendimento. Com experiência de 20 anos em treinamentos voltados à área profissional e gerencial, há poucos meses ele resolveu enfrentar o mercado como chefe. Para isso, inscreveu-se como MEI (Microempreendedor Individual) e necessitou de um cadastro mobiliário municipal. "Tinha só uma pessoa na minha frente. O atendimento dela foi muito rápido na sala. Em seguida fui atendido e saí de lá bem rápido também, já com o documento", lembra Menocci.

Segundo a vice-prefeita, o próximo desafio traçado para o espaço é elaborar um banco de dados dos empreendedores atendidos para formação de turmas em cursos oferecidos pelo Sebrae e demais parceiros, além da implantação de senhas eletrônicas com controle de atendimento.

Cidade é estratégica para a logística

Santo André foi fundada oficialmente em 8 de abril de 1553. Com área de 174,38 km², está localizada no Grande ABC (Região Metropolitana de São Paulo), distante 18 km da Capital. A cidade é estratégica para o setor logístico, pois está inserida no principal polo econômico do país, próxima a algumas das principais rodovias estaduais e federais, as quais dão acesso ao Porto de Santos e aos aeroportos de Cumbica e de Congonhas.

Conforme o último censo, divulgado em 2011, Santo André possui 678.486 habitantes. No mesmo ano, o PIB (Produto Interno Bruto) foi de R$ 16,9 bilhões, sendo o 29º maior do país e o 10º maior entre as cidades do Estado de São Paulo. O orçamento de 2013 é de R$ 2,4 bilhões.

Micro e pequenos têm importância no município

Segundo dados do Sebrae, as micro e pequenas empresas de Santo André têm uma atuação importante para a economia da cidade. Pesquisa recente indicou que o segmento de vestuário tem 1.182 empresas, sendo 739 de materiais de construção, 818 de autopeças, 1.933 de alimentação, 329 de confecção, 190 do setor moveleiro, 360 do metal mecânico e 192 do setor gráfico.

A nova voz empresarial no Distrito Federal

Desde o último dia 24 de maio, a Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal (Facidf) tem novo comando. Ex-presidente da Associação Comercial de Samambaia, cidade satélite de Brasília, Francisco de Assis Silva assumiu a entidade com o compromisso de trabalhar para trazer mais credibilidade e visibilidade às ações das federadas junto ao empresariado do Distrito Federal e da região metropolitana. A posse festiva ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Na vice-presidência, assumiu José Sobrinho Barros. Nesta entrevista a Empresa Brasil, Silva antecipa parte das prioridades de seu mandato, que se encerra em 2015.

Francisco de Assis Silva: "É urgente a adoção de medidas para a digitalização das Juntas Comerciais"

Empresa Brasil: Em sua opinião, quais devem ser as prioridades na agenda empresarial no país?

Francisco de Assis Silva: Faço coro com a voz do nosso novo ministro da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, presidente de honra da nossa CACB, quando afirma que o maior câncer que impede o avanço do setor empresarial é, sem dúvida, a burocracia. É da natureza do empreendedorismo a necessidade de agilidade. Entretanto, o que mais emperra a atividade dos nossos empreendedores é a burocracia, principalmente das juntas comerciais. Assim, uma das prioridades do setor é mesmo a desburocratização. Outro grande desafio à frente é o da reforma tributária. É preciso diminuir com urgência a carga tributária e o peso dos encargos sociais sobre as empresas, para que possamos gerar mais emprego e renda.

O senhor acredita que o governo está atuando corretamente no combate à inflação?

Sim, o governo tem feito o dever de casa. Embora a inflação tenha ultrapassado o teto da meta, o Banco Central (BC) agiu rápido e tudo indica que na direção certa. Embora seja um remédio ruim para o setor empresarial, o caminho do aumento das taxas de juros pareceu ser o mais adequado para o momento. Por outro lado, economistas renomados e importantes analistas do mercado têm afirmado que o crescimento da inflação foi alavancado em boa medida por fatores sazonais, como o setor de alimentos, e que a tendência natural é de que o quadro seja revertido com o tempo. Por sua vez, o governo lançou um pacote ousado de obras que prometem acelerar a economia e aquecer o mercado interno.

Qual o nível de atividades no comércio local?

O Distrito Federal é uma unidade da Federação um pouco atípica. No último ano, passamos da oitava para a sétima economia do Brasil, segundo dados compilados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Temos o maior PIB per capita do país, R$ 61.548,00, valor que é quase duas vezes maior do que o de São Paulo, que aparece na segunda colocação. Aqui, os setores de serviço e comércio concentram cerca de 93% da economia. Só em 2011, o comércio cresceu 4,4% no DF, impulsionado pelo aumento da população financeiramente ativa, com trabalho formal e aumento de crédito concedido. Portanto, trata-se de uma atividade sempre crescente, o que beneficia consideravelmente o setor empresarial.

Qual será o impacto da desoneração da folha no setor?

Não há dúvidas de que toda e qualquer iniciativa do governo para amenizar a carga pesada que cai sobre o setor empresarial é sempre bem-vinda. A desoneração da folha de pagamentos, ao modificar a base de contribuição previdenciária sobre a folha, passando para uma alíquota fixa de 1% ou 2% do faturamento bruto anual, trouxe, sim, alívio para os setores beneficiados pela MP 601, mas por si só não produz um efeito imediato sobre a economia. Nesse sentido, entendemos que o governo precisa avançar com a reforma tributária a fim de aprovar medidas mais eficazes que melhorem a capacidade produtiva do país, gerando, assim, mais emprego e renda.

Como o senhor avalia a criação da secretaria da Pequena e Micro Empresa?

A criação da Secretaria com status de Ministério em âmbito nacional é a realização de um antigo sonho do nosso sistema confederativo e de todo o sistema produtivo. Além disso, a escolha de Afif Domingos para o cargo não poderia ser mais acertada. Para nós, da CACB, ter um ministro que fala a nossa língua e que é nosso ex-presidente é, sem dúvida, um privilégio e uma honra. Neste sentido, estamos alinhados com o pensamento do ministro quando anuncia que pretende fazer um verdadeiro mutirão para desburocratizar os proces-

"A desoneração da folha de pagamentos por si só não produz um efeito imediato sobre a economia. O governo precisa avançar com a reforma tributária a fim de aprovar medidas mais eficazes que melhorem a capacidade produtiva do país, gerando assim mais emprego"

“Compartilho da ideia do ministro Guilherme Afif Domingos de uma ampliação da abrangência do Simples Nacional como forma de liberar as empresas para o crescimento”

sos relacionados às empresas, começando pela adoção de medidas para digitalizar as juntas comerciais, por um lado, e por outro, compartilho da ideia de uma ampliação da abrangência do Simples Nacional como forma de liberar as empresas para o crescimento.

Quais são as prioridades do seu mandato?

Fortalecer as associações comerciais federadas, firmando parcerias ainda mais amplas tanto com o Sebrae-DF como com a CACB, a fim de gerar e/ou implantar produtos e serviços que assegurem a viabilidade financeira das nossas ACEs. Não pouparemos esforços para ampliar as possibilidades de manutenção do Sistema. Já estamos buscando parcerias com o Governo do Distrito Federal com o objetivo de firmarmos convênios direcionados para a melhoria da competitividade das empresas. Outra prioridade é de levar a nossa federação a assumir sua destinação histórica, que é de ser uma entidade respeitada e com papel de destaque na cena política do DF.

Qual a fase atual da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Distrito Federal?

Embora o DF tenha sido uma das últimas unidades da Federação a regulamentar a Lei, graças ao empenho de vários atores do setor produtivo, do nosso parceiro Sebrae-DF, o apoio da Câmara Legislativa e do governo local, temos experimentado avanços significativos, em especial, com o lançamento de obras que contemplam diretamente as micro e pequenas empresas.

Quais são as principais demandas da Federação junto ao governo distrital e à Câmara Legislativa do DF?

Felizmente, a nossa federação goza de um excelente relacionamento com o Governo local. O governador Agnelo Queiroz tem sido sensível às demandas do setor produtivo. Recentemente o Governo editou medida no sentido de conceder descontos para empresas devedoras para com o fisco. Também não podemos esquecer o programa Acelera DF, com o investimento de R$ 1,9 bilhão para projetos em áreas como educação, segurança pública, mobilidade urbana e saneamento básico, num total de 184 obras. Aplaudimos essas iniciativas porque beneficiam o setor produtivo e aquecem a economia local. Com o legislativo, estamos construindo uma agenda positiva no sentido de aprovar algumas das 35 proposições que tramitam na Câmara e que são do interesse direto do comércio e serviços. Entretanto, a questão que continua a nos preocupar diuturnamente é a que envolve a concessão de alvarás de funcionamento, que persiste em roubar a paz dos nossos empresários.

Quais as perspectivas de expansão do projeto Integra no DF?

Vamos ampliar as ações e abranger mais localidades, a fim de deixarmos uma marca na vida das associações comerciais, uma marca de excelência. Pretendemos levar os cursos e capacitações do Integra para cidades que ainda não foram contempladas, e assim ampliar o raio de abrangência.

JULHO/2013 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender

EMPREENDEDORISMO E CONHECIMENTO

Setor têxtil traz oportunidades de crescimento

O empresário Marconi Costa, proprietário da MC Flanelas, comemora os resultados

Marcus Antonius

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Empresários Jorge Brito e Marcos Carvalho

Nara Zaneli

CAPACITAÇÃO

QUALIFICAÇÃO TORNA EMPRESA REFERÊNCIA NA ÁREA DE ENSINO

O Grupo Cometa de Educação começou com 112 alunos e hoje tem cerca de 2 mil

Nara Zaneli
Agência Sebrae de Notícias/ BA

Os professores de Geografia, Jorge Brito, e de Física, Marcos Carvalho, tinham um sonho em comum: abrir um negócio juntos. Eles já trabalhavam com educação em três escolas particulares de Irecê na Bahia, mas perceberam um novo nicho de mercado: a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na época denominada de Educação Supletiva. Para isso, os professores saíram de duas escolas e iniciaram o projeto. Assim, em 2001, nasceu o Colégio Cometa, que mais adiante seria ampliado para o Grupo Cometa de Educação.

No início, o colégio contava com o apoio de 16 colaboradores, incluindo direção, professores e funcionários. Após o primeiro ano, eles mudaram o perfil do serviço oferecido e entraram no mercado com educação de Ensino Médio e Pré-Vestibular. Montaram uma equipe com os colegas mais preparados e passaram a concorrer com as maiores e mais tradicionais escolas de Irecê.

Em 2003, Marcos procurou o Sebrae em busca de cursos para aprimorar a gestão do negócio. Ele participou de palestras, fez cursos de gestão financeira e o Empretec. "O Empretec é fundamental para quem quer se desenvolver, e capacitação é sempre um caminho importante para o empresário que visa ao crescimento", diz.

Os empresários reposicionaram a marca no mercado e, em 2005, implantaram o Ensino Superior a Distância (EAD), por meio da parceria com a Universidade do Norte do Paraná (Unopar). Além disso, eles mudaram de sede e ampliaram o colégio, que hoje abriga 32 salas de aulas e oferece serviços de educação no Ensino Fundamental, com o Cometinha, Ensino Médio, com o Cometa, e Ensino Superior, por meio da Unopar. Hoje, com cerca de 2 mil alunos, o Grupo Cometa de Educação é referência na região: conta com 102 colaboradores, e está entre os primeiros no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E

POLO TÊXTIL DE MUNICÍPIO DA PARAÍBA ALCANÇA CRESCIMENTO

Indústrias se organizam, diversificam produção e criam empregos em uma das regiões mais afetadas pela estiagem

RENATA CÂMARA
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS/ PB

Entre tramas e fios, a 450 quilômetros de João Pessoa, as possibilidades de desenvolvimento e geração de emprego e renda não param de crescer para pelo menos 35 empresas localizadas no Vale do Piancó, uma das regiões mais afetadas pela seca prolongada. Boa parte delas concentra-se no município de Itaporanga, onde um terço da população está envolvida direta ou indiretamente com o setor têxtil e o cenário é de novas oportunidades de crescimento.

Uma das indústrias mais antigas, a Itatex, emprega 350 funcionários, investe em panos de prato e de chão e toalhas. "Boa parte das empresas que se instalaram aqui na região começaram como terceirizados da nossa empresa, mas foram crescendo e ganhando seu próprio espaço no mercado", afirma Danielle Fernandes, gerente da empresa fundada há 17 anos e atual presidente da Associação das Empresas Têxteis do Vale do Piancó, que reúne dez indústrias associadas.

Entre os que foram terceirizados, estava o empresário Marconi Costa, proprietário da MC Flanelas, que começou na década de 90 como representante, depois montou uma pequena estrutura de produção em um espaço de 15 metros quadrados na própria casa e conseguia produzir 5 mil flanelas/mês. "Comprava o rolo de tecido, costurava e embalava em máquinas caseiras, mas percebi que tinha espaço para crescer e precisava de gente qualificada para trabalhar", lembra Marconi.

A MC Flanelas contratou mecânicos, técnicos em acabamento, em tingimento, importou máquinas e hoje o proprietário conhece todos os detalhes do processo produtivo. A área total da empresa ocupa um espaço de 3,7 mi metros quadrados, com 104 funcionários.

Se as indústrias não tiverem os processos produtivos bem organizados, sofrem com desperdício, demissões e perda de lucratividade. Diante do crescimento rápido, o proprietário da MC Flanelas não hesitou em procurar ajuda. "Tinha problemas com rotatividade de funcionários e organização da produção. Após um ano de consultoria do Sebrae, mudei o conceito de que comprar mais equipamentos e contratar pessoal era o único sinal de crescimento", avalia Marconi. E

Marcus Antonius

A MC Flanelas conta com 104 funcionários

VETERINÁRIO VIRA REFERÊNCIA DA GASTRONOMIA PIAUIENSE

Seminário Empretec impulsionou a mudança de profissão e o sucesso do empreendimento

MARA ARRAIS
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS/ PI

O desejo de mudança e de crescimento como empresário levou o médico veterinário Eduardo Rufino a migrar do setor de saúde para o da gastronomia. Natural de Recife (PE), ele já havia passado pela experiência de abrir um negócio de produtos rurais, que não deu certo.

Impulsionado pelo Empretec, Rufino resolveu montar um novo empreendimento. O empresário e sua esposa, a advogada Atalita Gentelin, criaram a Fazendaria Café, em outubro de 2009.

"Sempre gostei de aprender sobre a gestão do empreendimento. Considero extremamente importante e necessária a atualização sobre os negócios e a inovação. Já fiz vários cursos no Sebrae, pela internet, em feiras e na própria instituição. Sei que cada vez mais posso ir melhorando, pois o aprendizado não pode parar", afirma Rufino.

Há alguns meses, ele abriu uma segunda empresa do ramo alimentício, a Fazendaria Churrasco, que tem outro viés de público e de segmento de mercado. "Já temos quase 60 colaboradores trabalhando conosco nas duas empresas, todos com carteira assinada e seus direitos garantidos. Em três anos, conseguimos triplicar o faturamento inicial do primeiro estabelecimento. Isso para nós é uma grande satisfação. Os desafios são cada vez maiores", afirma o empreendedor.

> "EM TRÊS ANOS, CONSEGUIMOS TRIPLICAR O FATURAMENTO INICIAL DO PRIMEIRO ESTABELECIMENTO. ISSO PARA NÓS É UMA GRANDE SATISFAÇÃO. OS DESAFIOS SÃO CADA VEZ MAIORES."

Empretec

A metodologia do seminário, considerado um dos melhores programas de empreendedorismo do mundo, foi desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é executada no Brasil exclusivamente pelo Sebrae.

COOPERATIVA GOIANA FAZ PARCERIA COM MARCA FAMOSA

Coopermoda vai fornecer até 300 peças por dia para a maior franquia de vestuário do Brasil

WARLEM SABINO
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS/GO

Especializada na produção de lingerie, malharia e modinha, a Cooperativa de Produção de Vestuário Moda Flor (Coopermoda), da cidade de Catalão, assinou um contrato com a Hering, maior franquia de vestuário do Brasil. A entidade, que reúne atualmente 44 cooperadas, deve fornecer até 300 peças por dia para a empresa.

Para atender à nova demanda, as costureiras deixaram os cômodos de uma residência no bairro Mãe de Deus e passaram a ocupar um galpão na região central da cidade. O espaço, alugado pela prefeitura, conta com mais de 400 metros quadrados de área, refeitório, cozinha, sala administrativa e loja.

"O espaço na casa era pequeno. No galpão, vamos conseguir até aumentar a produção diária", explica a diretora de produção da Coopermoda, Maria de Lourdes Pereira, de 54 anos. Com a mudança e a compra de mais sete máquinas de costura, elas pretendem ampliar os resultados para 500 peças diárias.

Os rendimentos individuais também devem crescer com o volume de pedidos da Hering. Até dezembro, cada costureira deve faturar algo em torno de R$ 1,5 mil mensais.

Capacitação

Criada em 2011, a Coopermoda é fruto da parceria entre Instituto Camargo Correa (ICC), prefeitura de Catalão, Sebrae em Goiás e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante todo o ano passado, as costureiras foram capacitadas. "Promovemos cursos para que elas se preparassem para 2013, que seria o ano de abertura de mercado. Inclusive, uma consultora do Senai passa quatro horas por dia com elas", explica Adriana Lopes de Felipe, gestora do Projeto Tecendo a Moda em Flor, do Sebrae no estado.

Encadeamento Produtivo

Por meio do Encadeamento Produtivo, a Hering é parceira de 280 micro e pequenas empresas em Goiás, espalhadas por 30 municípios. O projeto é piloto e o primeiro do Sistema Sebrae no setor de confecção. Os pequenos negócios atuam dentro da produção da companhia, que é a maior do segmento em Goiás. E

Alex Malheiros

Cooperativa de costureiras vai fornecer para a Hering e pensa em ampliar produção

> "ATÉ ENTÃO, AS TRÊS CÉLULAS DE PRODUÇÃO DA FÁBRICA TRABALHAVAM COM DEMANDA REPRIMIDA. AGORA VAMOS TRABALHAR PRA VALER E GANHAR UM DINHEIRINHO."

EMPRESÁRIOS VOLTAM ÀS SALAS DE AULA

Educação empreendedora tem sido passaporte para aumento nos lucros, tempo dedicado ao lazer e expansão dos negócios

MARIANA RAMOS E GABRIELA FLORES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Tempo para curtir os filhos, aumento nos lucros e expansão dos negócios. Não é ficção. É o que o investimento em educação empreendedora vem trazendo a alguns donos de pequenos negócios que decidiram voltar para a sala de aula, planejar e colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos mais diversos cursos voltados ao empreendedorismo. Somente o Sebrae oferece atualmente mais de uma dúzia de cursos, desde a educação infantil até o público adulto. Existem cursos e consultorias voltados exatamente para aqueles que investem ou pretendem abrir seu próprio empreendimento. E eles têm atraído cada vez mais o empresariado na certeza da rentabilidade desse tipo de investimento: após apostar em educação empreendedora, esses donos de pequenos negócios têm registrado crescimento de até 70% em suas atividades.

Investir na educação empreendedora foi, por exemplo, um divisor na vida do empresário Marcos Rozzato, de 34 anos, dono da Belare, duas clínicas de estética com foco em foto depilação com preço fixo. Ele viu a carreira empresarial dar uma guinada após fazer o Empretec, metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento de competências empreendedoras e carro-chefe dos cursos oferecidos pelo Sebrae a empresários.

Marcos conta que uma das primeiras decisões que tomou após o curso foi aderir ao sistema de franquias. E não se arrepende. Até junho deste ano, estarão de portas abertas cinco franqueados, sendo quatro na capital paulista e uma em Ribeirão Preto, interior do estado. "O Empretec fez com que eu seguisse o sonho de firmar a marca no mercado. Reestruturei a empresa com foco nas metas e estou colhendo frutos", afirma. E completa: "Logo após o Empretec, minha empresa cresceu 70% em faturamento". As duas clínicas atendem por mês quase 700 clientes.

Uma pesquisa inédita feita pelo Sebrae com quase 2 mil empreendedores do Empretec aponta que os participantes tiveram um crescimento no seu lucro líquido anual de 7,4% e aumento médio de faturamento mensal de R$ 24,6 mil. Esse aumento, segundo cerca de 90% do público entrevistado, foi resultado da implantação imediata – logo após a conclusão do seminário – de mudanças em produtos e serviços aprendidas durante o seminário.

Lazer

Aos 44 anos, Almir Buganza já não coloca mais a mão na massa. Também por meio da educação empreendedora, aprendeu gestão financeira e de marketing. "A partir daí, mudei minha postura em relação aos meus negócios. Agora me dedico ao gerenciamento e não coloco mais a mão na massa", afirma. Hoje ele é dono de três empresas em Sorocaba, no interior de São Paulo. A primeira abriu há 14 anos, a segunda há oito e a terceira será inaugurada em junho deste ano. Ele trilhou uma bem-sucedida carreira no mundo dos negócios e credita o sucesso à participação no curso de desenvolvimento de fornecedores, que faz parte do programa da Gerdau em parceria com o Sebrae. E

INFORME SEBRAE. Presidente do Conselho Deliberativo Nacional: Roberto Simões. Diretor-Presidente: Luiz Barretto. Diretor-Técnico: Carlos Alberto dos Santos. Diretor de Administração e Finanças: José Claudio dos Santos. Gerente de Marketing e Comunicação: Cândida Bittencourt. Edição: Ana Canêdo, Antônio Viegas. Fone: (61) 3348- 7494

CACB comemora 101 anos de fundação **e dois séculos de associativismo**

Entidade defende os direitos de mais de 2 milhões de associados em todo o Brasil

Criada para congregar entidades brasileiras regidas pelo associativismo, algumas, inclusive, como a Associação Comercial da Bahia, com 202 anos de fundação, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) completou em junho 101 anos de fundação.

A Associação Comercial da Bahia foi fundada em 15 de julho de 1811, atendendo a reivindicações dos comerciantes, para terem um local onde pudessem se reunir regularmente; do Vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Britto, interessado no desenvolvimento da província que governava, e do Regente, D. João VI, de promover o progresso da Colônia, sede provisória da Corte Portuguesa.

Em 1912, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro reuniu os presidentes das Associações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe. Nascia, assim, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, que, em 1963, passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Atualmente, a CACB é constituída por 26 federações, em representação a cada um dos estados brasileiros e o Distrito Federal, agregando 2.300 Associações Comerciais e Empresariais (ACEs) dispersas em milhares de municípios. A entidade congrega mais de 2 milhões de sócios.

Nas associações comerciais, representantes da indústria, comércio, agricultura, instituições financeiras, serviços e profissionais liberais se agregam de forma espontânea, voluntária e sem vínculo sindical.

Como entidade sem fins lucrativos, a CACB defende os direitos de mais de 2 milhões de associados em todo o Brasil, dos quais 89% são microempresários, classe responsável pela maior parte dos empregos gerados no país, fator que revela a grande importância da atuação desta entidade para o desenvolvimento econômico brasileiro.

O programa é realizado no estado desde 2002, por meio de uma parceria entre CACB, Facern e Sebrae

Ação da CACB desponta como **propulsor de MPE no RN**

A intenção da iniciativa é gerar aumento no número de postos de trabalho, na receita das empresas e na competitividade

Com o objetivo de fortalecer a cultura do associativismo e atender à demanda de desenvolvimento, principalmente no setor de serviços, o Programa Empreender tem atuado como fomentador do desenvolvimento no Rio Grande do Norte. O Setor de Serviços é o principal responsável pelo PIB estadual, gerando 120 mil empregos e vinculando outras 54 áreas indiretas. O programa é realizado no estado desde 2002, dentro da parceria entre Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Federação de Associações Comerciais do estado (Facern) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A principal ação do Empreender é consultoria que propõe um planejamento estratégico setorial e ações compartilhadas que beneficiam a todos os empresários. Também são realizadas feiras, campanhas, promoções e debates, a fim de encontrar soluções para os problemas comuns. Em 2013, o Empreender já montou caravanas para feiras como Automec, que reuniu 44 empresários, a Campina Grande Moto Fest, a Hairnor e a Equipotel, as duas últimas em Re-

cife, dentre outras. O Empreender vive uma nova fase com busca de parcerias inovadoras, já que o programa é um impulsionador das micro e pequenas empresas no estado, principalmente nos menores municípios.

O empresário Osami Bezerra, sócio da Piano Peças, em Currais Novos, a 172 km da capital Natal, participa do núcleo de Auto Peças e Oficinas há cerca de 9 anos e conta que "já visitamos várias feiras e sempre podemos trazer alguma informação para adaptar para a nossa realidade", revela. O empresário conta ainda que as feiras são uma oportunidade de conhecer os fornecedores e fazer novos negócios.

Demandas espontâneas

O primeiro núcleo organizado foi o de Automecânica, já em 2002. No Rio Grande do Norte, o Empreender atua com setores do comércio, serviços, indústria, agronegócios e profissionais autônomos. O programa pode atender também a demandas espontâneas em organizações como redes, cooperativas e associações. Os núcleos setoriais são organizados nos segmentos de academias, autopeças, bares, beleza, buffet, hospedagem, lan house, materiais de construção, mecânica, moda, motopeças, mototáxi, óticas, padarias, pousadas, restaurantes, supermercados e outros. Atualmente, dez consultores orientam as reuniões desses grupos.

"O que determina a abertura e manutenção de um núcleo é o interesse dos empresários participantes em comparecer às reuniões e implementar as ações definidas no planejamento", avalia o presidente da Facern, Itamar Maciel Junior. "O estado continua apresentando excelentes resultados, mas a expectativa para 2013 é ampliarmos os setores atendidos, de forma a fortalecer a micro e a pequena empresa no Rio Grande do Norte", explica.

O estado apresentou seis novos projetos para o edital 2013/2015 do Empreender Competitivo. Foram priorizados: a cadeia da construção civil, automotiva, agronegócio, confecções, farmácia, tecnologia da informação e turismo.

Estratégia

O empresário Saulo Camelo participa do núcleo de Meios Turísticos de Tibau, a 280 km de Natal, há dois anos e meio. "Quando começamos, meu quarto mais caro custava R$ 50. Hoje a suíte máster chega a R$ 500 na alta temporada. Isso não seria possível se não tivéssemos melhorado a qualidade do serviço", explica. Ele conta ainda que a partir do núcleo setorial ele pôde participar de viagens de benchmarketing – para conhecer pousadas de praia em outros lugares –, de compras coletivas, de cursos e capacitações, receber a consultoria do Empreender e criar uma estratégia de reinvestimento a partir de suas reais necessidades e possibilidades em capital de giro. "Os empresários do município conseguiram ver que é preciso pensar no todo e analisar em conjunto", explica.

Atualmente, são atendidas as cidades de Natal, Tibau do Sul, Touros, São Miguel do Gostoso, Assu, Macau, São José do Seridó, Caicó, Cruzeta, Apodi, Felipe Guerra, Pau dos Ferros, Acari, Mossoró, Grossos, Tibau, Currais Novos, Florânia, Santa Cruz e São Rafael.

56
NÚCLEOS SETORIAIS ATENDENDO
500
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM
20
CIDADES

De núcleo para rede empresarial

A partir do Empreender, também foi possível o surgimentos das redes em todo o estado, como a RN Auto Center, a Unilar, a Construrn, a RedeCon, a Rede Oeste de supermercados, a Rede Seridó, a RedePet, os Parceiros da Economia e a Unisuper. É o caso da rede de farmácias Mais Saúde de Mossoró, que começou em 2009 como um núcleo setorial de farmácias e cresceu tanto que virou uma rede há dois anos.

Os 24 participantes do curso servirão como disseminadores das ideias para as 23 unidades implantadas no estado

Ouro Preto promove curso de reciclagem **para conciliadores da rede de PACEs**

Antigos e novos conciliadores trocam experiências sobre os métodos e técnicas do procedimento de conciliação

Durante as atividades do V Lideraminas e VI Gerenciaminas – encontro de empresários ligados à Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) –, a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) realizou três dias de treinamento voltados para a capacitação e reciclagem dos conciliadores da rede de Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual (PACEs) de Minas Gerais. O evento aconteceu entre os dias 16 e 18 de maio, em Ouro Preto (MG).

Durante o curso, 24 antigos e novos conciliadores puderam trocar experiências e sanar dúvidas sobre temas relacionados ao funcionamento do PACE e sobre os métodos e técnicas do procedimento de conciliação. O conteúdo programático apresentou a política que o Judiciário tem adotado quanto ao setor; técnicas de administração e resolução de conflitos; teorias de Comunicação, Conflito e Negociação; Ética; e procedimentos específicos da conciliação pré-processual.

A capacitação foi ministrada por Juliano Veiga, assessor da 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), e Laura Diniz, oficiala Judiciária do TJMG. Além da participação presencial durante o evento, os participantes do curso ainda precisam entregar um estudo dirigido e concluir o estágio supervisionado. Somente então o participante receberá o certificado de conclusão do Curso de Capacitação e será inserido no Cadastro Único de Conciliadores do TJMG.

Para a participante do curso e presidente da Associação Comercial de Três Marias (MG), Gislaine Silva, "essa reciclagem me ofereceu um novo olhar para a conciliação, focando em outras áreas e possibilidades tanto de negócio quanto de gestão", explica. Ela conta ainda que quando o PACE foi instituído na associação, em dezembro de 2011, a perspectiva era criar um espaço para que os empresários pudessem resolver seus problemas com os clientes.

Logo o primeiro caso desmistificou o procedimento: o cliente procurou o PACE para resolver suas pendências com uma empresa, disposto a pagar seus débitos, enquanto o empresário ainda tinha restrições sobre o método. "Percebemos que o cliente não era o vilão", explica Gislaine. Para a presidente, a capacitação acrescentou um novo entendimento: "Precisamos neutralizar ao máximo as nossas experiências e opiniões para administrar o conflito sem direcionar para nenhuma das partes", explica. "Já pedi que nossa coordenadora do PACE também fizesse o curso na primeira oportunidade: é muito importante para atualizar nossos processos", revela.

Os PACEs são uma alternativa de conciliação extraprocessual, na qual se podem resolver conflitos sem que haja um processo judicial. A partir de audiências conduzidas por um conciliador, as partes envolvidas podem resolver pendências como débitos de cartão de crédito, dívidas de bancos, renegociações e recuperação de créditos. A modalidade foi aprovada, e é incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça como uma alternativa aos meios judiciais para solucionar de forma mais rápida e barata as pendências de relações de consumo.

Cultura de Pacificação

A criação dos PACEs em Minas Gerais foi oficializada por meio de convênio entre a CACB, a Federaminas, as Associações Comerciais e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Já foram implantadas 23 unidades no estado.

O presidente da Federaminas, Wander Luís Silva, explica que "é importante disseminar a cultura da conciliação para que as pessoas compreendam como funciona e optem por uma forma mais rápida e barata na resolução de conflitos", enfatiza. No ano de 2012, mais de 15 mil audiências de conciliação foram realizadas no estado. Toda e qualquer pendência referente à relação empresarial poderá ser dirimida via PACE.

O representante do TJMG, Juliano Veiga, fala para os participantes do curso de capacitação e reciclagem de conciliadores

Encontro debate Gestão Estratégica

Mais de 200 dirigentes e funcionários de cerca de 70 associações comerciais de Minas gerais participaram do V Lideraminas e do VI Gerenciaminas – Encontros de Presidentes e de Executivos das ACEs mineiras, realizados pela Federaminas em Ouro Preto, no Sesc – Estalagem das Minas Gerais. Para o presidente da federação, Wander Luis Silva, "a expressiva participação demonstra que o movimento associativo mineiro está efetivamente mobilizado".

O tema geral do encontro foi Gestão Estratégica – Entenda, Aplique, Prospere, que guiou o debate de questões relevantes, relacionadas com o desenvolvimento da economia mineira e o fortalecimento do meio empresarial, como gestão metropolitana, gestão estratégica, missões internacionais de negócios e outras.

PIB do trimestre decepciona e governo revisa previsão

Indústria contrai 1,4% e frustra a recuperação esperada pelo governo; setor apresenta resultados negativos ou estáveis desde o quarto trimestre de 2011, quando caiu 0,4%

Vai ficar longe a projeção do ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, que previu um avanço de 4% do PIB em 2013. Depois dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 29 de maio, até mesmo um crescimento de 3% passou a ser otimista demais. De janeiro a março, o PIB – soma dos produtos e serviços produzidos pelo país – avançou 0,6%, abaixo do esperado pelo mercado e pelo governo, que previam uma aceleração mais rápida do crescimento no país.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a economia brasileira teve um crescimento de 1,9%.

A agricultura impulsionou o PIB do primeiro trimestre com avanço de 17% sobre o mesmo período de 2012. Os serviços também registraram um resultado positivo de 1,9%. Mas a indústria teve contração de 1,4%, o que frustrou a recuperação esperada pelo governo. A grande responsável pelo resultado ruim da indústria foi a atividade extrativa mineral, sobretudo de petróleo e gás, embora a produção de minério de ferro também tenha caído, com uma menor demanda da China.

Mas também a indústria de transformação, responsável por mais da

metade do setor, decepcionou, com queda de 0,7% ante o primeiro trimestre do ano passado.

"Ainda que positivo (na margem), esse fraco desempenho manufatureiro ainda não assegura um resultado mais robusto para a indústria em 2013", afirmou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) em sua análise do PIB do início do ano. De fato, a indústria apresenta resultados negativos ou estáveis desde o quarto trimestre de 2011, quando caiu 0,4%, considerando a comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, segundo o IBGE.

"É um resultado decepcionante, moderado", disse à AFP o economista-chefe do Austin Rating, Alex Agostini,

"O resultado do primeiro trimestre foi bem pior que o esperado, e certamente revisaremos em baixa a nossa previsão de crescimento do PIB em 2013, que estava em 3%", informou Robert Wod, analista para o Brasil do Economic Intelligence Unit, para quem o único dado positivo foi a recuperação do investimento.

De fato, os investimentos foram o grande destaque positivo da economia no primeiro trimestre. A Formação Bruta de Capital Fixo, que mede os investimentos totais na economia, cresceu 4,6% e teve a maior alta desde o primeiro trimestre de 2010, quando a economia se recuperava da crise internacional de 2008 e 2009. Segundo o IBGE, a taxa de investimentos ficou em 18,4% do PIB. Na visão da economista-chefe da gestora de recursos BNY Mellon ARX, Solange Srour, porém, é "muito cedo" para dizer se os investimentos vão continuar em alta.

Indústria teve contração de 1,4% e frustrou a recuperação esperada pelo governo

Maioria dos analistas converge para marca de 2,5% em 2013

Sobre as tendências da economia, a maioria dos analistas coincide em um número por volta de 2,5%, um pouco acima ou um pouco abaixo. A recuperação dos EUA com a valorização do dólar pressiona a taxa de câmbio, o que provoca mais inflação. Existe ainda uma deterioração do saldo da balança comercial, e não seria surpresa eventual queda no superávit da balança comercial para apenas US$ 4 bilhões este ano (ante US$ 19,4 bilhões, em 2012, que já havia sido o pior resultado em 10 anos).

Reduzimos de 2,8% para 2,4% a projeção de crescimento do PIB este ano, e de 3,3% para 2,8% a projeção para 2014, publicou em seu site o Banco Itaú.

De acordo com os economistas do Itaú, o PIB da indústria deve crescer a um ritmo mais forte no segundo trimestre, mesmo com a perspectiva de crescimento mais lento da produção industrial. A projeção de um melhor desempenho da extrativa mineral e efeitos do ajuste sazonal explicam essa aceleração da indústria no PIB. Em nota, a instituição afirma que um conjunto amplo de dados relacionados à atividade econômica continua a mostrar baixa disseminação do crescimento. Isso indica expansão moderada da economia adiante.

Outros analistas do mercado reformularam suas estimativas de expansão do PIB para 2013 de 2,77% para 2,53%. Foi a quarta queda consecutiva deste indicador. Para 2014 a previsão de crescimento da economia brasileira caiu de 3,40% para 3,20% – no que foi o segundo recuo seguido.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que a estimativa de crescimento da economia de 3,5%, que consta no orçamento federal deste ano, não deve ser atingida e que será revista para baixo no futuro. Entretanto, não citou números. O presidente do BC, Alexandre Tombini, declarou que a expansão do PIB neste ano deve ficar em torno de 3%.

Supermercados e outras associações pediram ao governo a prorrogação da entrada em vigor da legislação

Governo adia vigência da lei que obriga à discriminação de **impostos em nota fiscal**

No período de um ano, poder público promoverá orientações educativas sobre os cálculos dos impostos. Caberá à Secretaria da Micro e Pequena Empresa coordenar o processo de elaboração da proposta de regulamentação da Lei e sua fiscalização

A complexidade dos cálculos foi o principal motivo alegado pela maioria das empresas que deixaram de cumprir a lei que obriga à discriminação de impostos na nota fiscal por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços em todo o país. Por causa dessas dificuldades, as sanções e penalidades, que deveriam vigorar a partir do dia 10 de junho, foram prorrogadas por um ano. A ampliação do prazo consta na Medida Provisória 620, editada no dia 13 de junho, que trata da linha de crédito para compra de móveis e eletrodomésticos, no valor de até R$ 5 mil e juros menores, para beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida.

Como foi implementada por meio de Medida Provisória, a prorrogação do prazo tem força de lei e já está em vigor. Porém, ainda terá de passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Como a lei não foi regulamentada pelo governo nos últimos seis meses – a lei foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de dezembro de 2012 –, os lojistas avaliam que a ausência de explicações mais claras deixou dúvidas, principalmente nos pequenos empresários.

Em nota, o governo federal explicou que a prorrogação se deve a "várias demandas recebidas para determinação de tempo de adaptação à lei 12.741 e considerando sua complexidade". Nesse período, acrescentou a Casa Civil, o poder público promoverá "orientações educativas a respeito do conteúdo da matéria". A Secretaria da Micro e Pequena Empresa coordenará o processo de elaboração da proposta de regulamentação da Lei e sua fiscalização.

"Ninguém sabia direito como fazer, principalmente as PMEs. As empresas de 'software' não sabem como calcular isso. O governo precisava lançar uma tabela aproximada com o perfil do produto para a gente poder destacar", disse à Agência Estado o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Roque Pellizzaro Junior.

Por conta da demora na publicação na regulamentação da lei, Pellizzaro informou que protocolou, junto com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e outras associações, um pedido de prorrogação da entrada em vigor da lei que obriga que as notas fiscais informem o valor dos impostos embutidos no preço de produtos ou serviços adquiridos pelo consumidor.

"É preciso tempo para a adaptação. Os pequenos comerciantes, por exemplo, estão enquadrados no Simples e não têm ideia de quanto custa seu produto na cadeia. Fica muito difícil pôr em prática essa legislação", declarou o presidente da CNDL.

Apesar da prorrogação por um ano das multas e penalizações, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon-SP) está orientando os escritórios de contabilidade a aconselharem seus clientes a se adequarem desde já. Caso não seja possível a discriminação nos documentos fiscais, a legislação permite que os valores sejam exibidos em painéis afixados em locais visíveis, ou em meios impressos ou virtuais, para consulta do público.

Machado: "É preciso se adequar logo à lei"

Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente da entidade, acha importante o fato de o governo estabelecer o prazo de um ano para orientar as empresas. "É sempre positivo o governo e a sociedade se unirem para um objetivo comum", afirmou. "O sistema tributário brasileiro é efetivamente complexo, e as questões que envolvem tecnologia da informação também exigem cuidados. Por causa disso, creio que foi positivo o adiamento da entrada em vigor da lei."

De acordo com Machado, a transparência tributária poderá ser um grande impulsionar do desenvolvimento, tanto econômico como social do Brasil. "A partir do momento em que souberem que pagam e o quanto pagam de tributos, os brasileiros exigirão a gestão eficiente da arrecadação, o retorno efetivo em benefícios como saúde, educação e segurança e darão um basta no desperdício do dinheiro público", acredita.

IBPT elabora tabela com valor médio dos impostos

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) elaborou uma tabela com o valor médio aproximado dos impostos de cerca de 17 mil produtos e serviços comercializados no Brasil. Também criou um software que faz o cálculo dos tributos de forma automática, com base nesta tabela, e imprime a nova nota fiscal. Para aderir ao sistema, as empresas devem acessar o site do IBPT e se cadastrar gratuitamente.

O presidente do Conselho Superior e coordenador de estudos do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, afirma que o sistema de cálculo é de fácil utilização, e as empresas podem colocá-lo em uso em poucos dias. Amaral estima que 50 mil estabelecimentos em todo o país utilizarão o sistema desenvolvido pelo IBPT.

De acordo com Amaral, de cada R$ 10 pagos pelos brasileiros em um produto ou serviço, na média, R$ 4 são impostos. "Os governos omitem a informação de quanto o consumidor paga de impostos, colocando a culpa nos empresários. Mas são os governos federal, estadual e municipal que criam esses impostos. Essa lei traz mais transparência", afirma.

DÓLAR DISPARA, mas Banco Central prevê estabilização

Moeda começou a se valorizar perante o iene, o euro e o real depois da divulgação de dados positivos sobre a economia americana

Apesar da disparada do dólar no mês de maio, ainda não há motivos para alarde em relação a um eventual descontrole da inflação no país. Analistas lembram que a valorização do dólar é um fenômeno mundial causado pela perspectiva de que o Federal Reserve (o banco central americano) reduza o programa de estímulo à economia americana. O programa despeja, a cada mês, US$ 85 bilhões na economia dos EUA por meio da compra de títulos.

De acordo com Paulo Bittencourt, diretor da Apogeo Investimentos, a alta do dólar é um fenômeno global. Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, agrega que o comportamento do câmbio não reflete um problema conjuntural, mas uma série de notícias circunstanciais. "O dólar começou a se valorizar perante o iene, o euro e o real depois da divulgação de alguns dados positivos sobre a economia americana. Logo, assim que a poeira assentar pode ser que o real volte a ganhar terreno", diz o economista. A Austin Rating, apesar da recente volatilidade da moeda, ainda aposta em uma taxa de câmbio de R$ 2,00 para o fim do ano.

Tombini: o BC está observando a volatilidade do câmbio

Na tentativa de segurar a moeda americana, o Banco Central, desde 31 de maio, havia realizado seis leilões de swap cambial atrelado à Selic (taxa básica de juros). O swap cambial é uma troca oferecida pelo Banco Central aos investidores por meio da venda de contratos em leilões no mercado. Nessas operações, a injeção de liquidez total no mercado somou cerca de US$ 6,640 bilhões até a metade de junho.

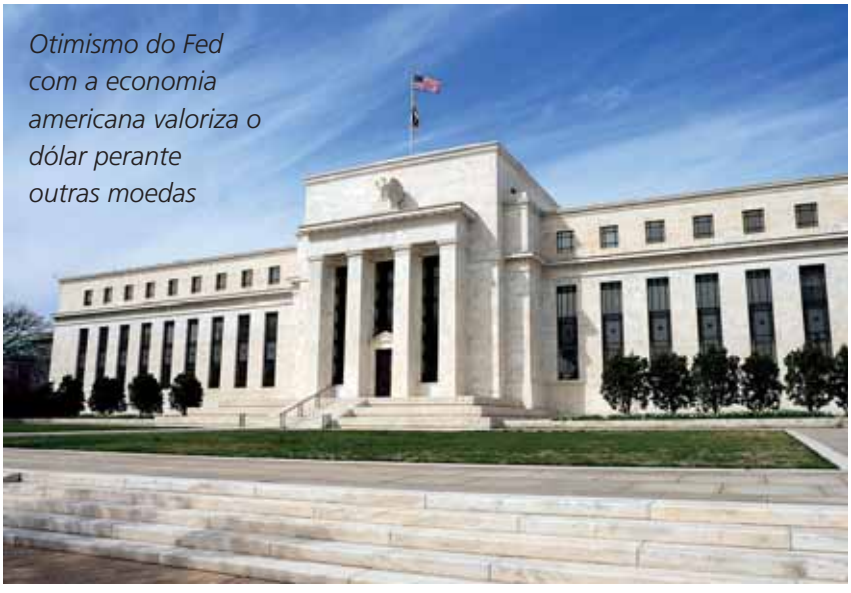
O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou que a elevação da taxa Selic em 0,50 pp, para 8% ao ano, deve reforçar os fundamentos do país e que o BC está observando a volatilidade do câmbio. Tombini ressaltou que há um movimento internacional de valorização do dólar nas últimas semanas. "Vamos acompanhá-lo para ver onde se estabiliza. O câmbio é flexível, vai refletir os fundamentos da economia", declarou. O presidente do BC reafirmou ainda que "o Banco Central intervirá sempre que necessário para reduzir a volatilidade".

O fim da cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em derivativos, anunciado pelo governo, abriu espaço para a queda do dólar ante o real. Para os analistas, a queda do imposto permitirá que, quando a tendência global de valorização do dólar arrefecer, a moeda também recue no Brasil.

A agência de rating de crédito Standard & Poor's elevou, em 10 de junho, sua perspectiva de crédito para o governo dos Estados Unidos para "estável", sobre "negativa", dizendo que a "probabilidade de rebaixamento do rating no curto prazo é menor que uma em três".

Em agosto de 2011, a S&P havia rebaixado o rating de crédito dos Estados Unidos de "AAA" para "AA+", o segundo maior rating, e havia deixado a perspectiva de crédito para o país como "negativa" na época, segundo relato da agência de notícias Reuters.

"Nossos ratings de crédito soberano sobre os EUA refletem, principalmente, a nossa visão dos pontos fortes da economia dos EUA e seu sistema monetário, bem como o do status do dólar dos EUA como moeda-chave de reserva do mundo. Os ratings também levam em consideração o elevado nível de endividamento externo dos EUA, a nossa visão de eficácia, estabilidade e previsibilidade da elaboração de políticas dos EUA e suas instituições políticas, além do desempenho fiscal dos EUA", diz a nota da S&P.



Otimismo do Fed com a economia americana valoriza o dólar perante outras moedas

Aumenta o déficit nas contas externas

Em abril, o Brasil registrou novo recorde negativo nas suas contas externas, com déficit de US$ 8,3 bilhões nas transações correntes, segundo dados do Banco Central (BC). Foi o sexto mês consecutivo em que o Investimento Estrangeiro Direto (IED), que ficou em US$ 5,7 bilhões em abril, foi insuficiente para cobrir o déficit em conta corrente. A previsão do BC é de que isso se repita em maio, para quando é esperado déficit de US$ 5,2 bilhões e IED de US$ 2,8 bilhões. Na comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), o resultado negativo acumulado em 12 meses atingiu em abril 3,04%, maior percentual desde os 3,22% verificados em julho de 2002. No primeiro quadrimestre, o déficit praticamente dobrou em relação a 2012 – de US$ 17,4 bilhões para US$ 33,2 bilhões, enquanto os investimentos externos caíram de US$ 20,2 bilhões para US$ 18,9 bilhões. Se a economia norte-americana continuar melhorando, a tendência é de que o dólar siga se valorizando.

Viagem de Biden ao Brasil
prepara visita de Dilma à Casa Branca

Após divergências envolvendo comércio, política para o Oriente Médio e outros assuntos, o Brasil e os EUA forjaram nos últimos anos um estreitamento das relações diplomáticas, o que poderá resultar em uma relação comercial maior

"Espero que o ano de 2013 marque o início de uma nova era nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil", declarou o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, após sua reunião em privado com a presidente Dilma Rousseff, em 29 de maio, em Brasília. Boa parte do futuro relacionamento com os Estados Unidos dependerá de o Brasil – cuja economia ainda permanece relativamente protegida por elevadas tarifas e outras barreiras – poder facilitar o comércio, afirmou Biden.

A viagem de três dias do vice de Barack Obama ao Brasil ocorreu num momento em que o governo norte-americano acelera os preparativos para uma visita da presidente Dilma Rousseff à Casa Branca em 23 de outubro deste ano, algo inédito em duas décadas. Embora a presidente já tenha tido compromissos oficiais nos Estados Unidos, a visita de Estado irá durar mais e envolverá uma maior aproximação diplomática.

O governo brasileiro busca maior influência na relação com os Estados Unidos e outras grandes economias.

Após divergências envolvendo comércio, política para o Oriente Médio e outros assuntos durante os governos de seus antecessores, Dilma e o presidente dos EUA, Barack Obama, forjaram nos últimos anos um estreitamento das relações diplomáticas, o que poderia resultar em uma relação comercial maior.

Os dirigentes de grandes empresas dos dois países têm pressionado os respectivos governos para que se empenhem mais na definição de pequenos acordos que possam, ao longo do tempo, contribuir para um progresso geral nos negócios bilaterais.

Entre as muitas questões bilaterais pendentes estão as discussões para abrandar exigências de vistos para viagens, discordâncias sobre barreiras comerciais e uma ofensiva de empresas dos EUA para a proteção dos direitos de propriedade intelectual no mercado brasileiro, onde há grande pirataria tecnológica.

Enquanto isso, Washington pressiona o Brasil a escolher a norte-americana Boeing para a compra de caças militares. O Brasil, por sua vez, anseia pelo apoio norte-americano na cobiçada vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Após a visita de Obama ao Brasil em março de 2011, a Casa Branca disse reconhecer as ambições brasileiras na ONU, mas sem fazer uma declaração explícita.

Há muito a fazer para ampliar a participação do Brasil no mercado americano. Uma oportunidade, porém, foi praticamente esquecida: a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que previa a derrubada das barreiras comerciais entre os países das três Américas a partir de 2005. O projeto foi engavetado devido a divergências entre os dois protagonistas do pacto: Brasil e EUA. O Brasil se recusou a abrir alguns mercados com receio, por vezes justificado, de que a concorrência da superpotência liquidasse produtores nacionais. Os americanos, por outro lado, se recusaram a baixar a guarda em questões como o fim ao subsídio agrícola, setor em que a produtividade brasileira é superior.

Em razão das barreiras protecionistas, calcula-se que o Brasil perca cerca de US$17 bilhões por ano, a maior parte na venda de artigos de origem agrícola. Há estudos indicando que de cada dez produtos brasileiros que entram no mercado americano, seis sofrem algum tipo de restrição. A situação chegou a tal ponto que alguns exportadores brasileiros resolveram instalar suas fábricas nos Estados Unidos e, assim, fugir das tarifas e taxas protecionistas.

Para o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, é "injustificável e inaceitável" a crítica norte-americana segundo a qual o Brasil é um país protecionista.

Por que caiu a participação dos EUA nas exportações do Brasil

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos passaram por uma série de mudanças nos últimos anos. De políticas que privilegiam o alinhamento automático e o estabelecimento de preferências comerciais em relação aos Estados Unidos, o Brasil passou gradativamente para uma posição de busca de maior autonomia. A consolidação da aliança no âmbito Sul-Sul, o fortalecimento da posição negociadora nos fóruns de comércio internacional e o favorecimento às iniciativas com vistas à integração sul-americana passaram a ser os pontos centrais da política externa brasileira.

Biden é especialista em relações exteriores

Joe Biden, 70 anos, durante 36 anos ininterruptos representou o estado de Delaware no Senado americano, onde dirigiu a importante Comissão das Relações Exteriores, antes de Obama o designar como vice.

Católico e filho de vendedores de automóveis da Pensilvânia, Joseph Robinette Biden Junior é ligado às classes populares. Foi o primeiro integrante de sua família a obter um diploma universitário e foi eleito senador aos 29 anos em 1972.

A importância da liberdade individual diante do Estado

Evidências históricas do Império Romano, das cidades-estado maias, da Veneza medieval, da União Soviética e da África foram analisadas durante um período de quase 15 anos para o desenvolvimento do argumento central de "Por Que as Nações Fracassam" (Editora Campus), dos economistas norte-americanos Daron Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology, e James Robinson, de Harvard.

Nesse livro, os autores abordam as diferenças abissais de receita e padrão de vida que separam os países ricos do mundo, como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, dos pobres, como os da África subsaariana, América Central e Sul da Ásia.

Por que as instituições dos Estados Unidos, por exemplo, são tão mais propensas ao êxito econômico do que as do México ou, a rigor, do resto da América Latina? A resposta a essa pergunta, para os autores, reside na formação de cada sociedade, nos primórdios do período colonial, quando se instalou uma divergência institucional, cujas implicações se estendem até os dias de hoje. Países que têm instituições que favorecem a iniciativa privada e a liberdade individual diante do Estado são os que mais prosperam.

Para Acemoglu e Robinson, as abordagens existentes baseadas na geografia, na cultura e na qualificação ou ignorância dos líderes não foram úteis porque deixaram de fora a parte mais importante: a de que os países não crescem por ser esse o interesse de alguns líderes políticos desses países. Nessa linha, os autores desenvolvem uma teoria segundo a qual haveria instituições inclusivas e instituições extrativas.

As instituições inclusivas são aquelas que criam incentivos para o investimento e a inovação na esfera econômica. E, talvez o mais importante, elas também criam oportunidades iguais para que os cidadãos daquele país possam aplicar seu talento para enriquecer a si mesmos e ao país. Em contrapartida, as instituições econômicas extrativas não fazem nada disso, não criam fontes de incentivo e criam um terreno muito restritivo.

Para os economistas, o desenvolvimento da economia de uma nação é diretamente proporcional à qualidade de sua democracia. As nações fracassam porque são autárquicas, porque não superaram um modelo político que monopoliza o poder e porque quando a política é um jogo de poucos participantes, a riqueza se concentra.

As conclusões do livro levam a três implicações fundamentais: em primeiro lugar, a ajuda humanitária internacional dificilmente tem o poder de mudar a realidade econômica dos países em desenvolvimento, uma vez que não altera o desenho institucional dessas nações. Em segundo, a percepção de que o autoritarismo pode ser eficiente na promoção do desenvolvimento é ilusória. Por último, os autores avaliam que o crescimento econômico da China eventualmente será solapado pela natureza extrativista das instituições políticas chinesas.

Para os economistas, o desenvolvimento da economia de uma nação é diretamente proporcional à qualidade de sua democracia. As nações fracassam porque são autárquicas, porque não superaram um modelo político que monopoliza o poder e porque quando a política é um jogo de poucos participantes, a riqueza se concentra

Empreender no Brasil continua nada simples

Abrir um negócio continua sendo o sonho dos relutantes. Somente entre 1988 e 2011, foram regulamentadas no Brasil 275.095 novas normas tributárias, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

Roberto Dias Duarte*

Abrir e manter uma empresa em nosso país significa enfrentar toda a sorte de percalços que os excessos de tributação e burocracia têm sido pródigos em causar. Só para citar um exemplo, entre 1988 e 2011 ganhamos 275.095 novas normas tributárias, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Não foi à toa que conquistamos a última posição num ranking de 183 países, elaborado pelo Banco Mundial em conjunto com a PwC, para comparar os diferentes custos da chamada conformidade tributária. Nossos números superaram em quase dez vezes a média mundial.

Praticar um empreendedorismo saudável torna-se quase impossível frente a este quadro, algo que apenas nossos poderes legislativo e executivo parecem ignorar.

É difícil entender, por exemplo, as muitas restrições de adesão ao Simples Nacional que poderiam ser revogadas no artigo 17 da Lei Complementar 123/2006. Em vez de simplesmente continuar cerceando uma gama de atividades, por que não admitir todas as pessoas jurídicas nesta sistemática, afixando um limite de faturamento como única condição para tal?

Na ausência de medidas assim, resta ao nosso empreendedorismo se contentar com desonerações pontuais, como as que ultimamente temos presenciado. E seguir em frente, desempenhando a nobre missão de empregar mais de 40% de toda a população nacional economicamente ativa.

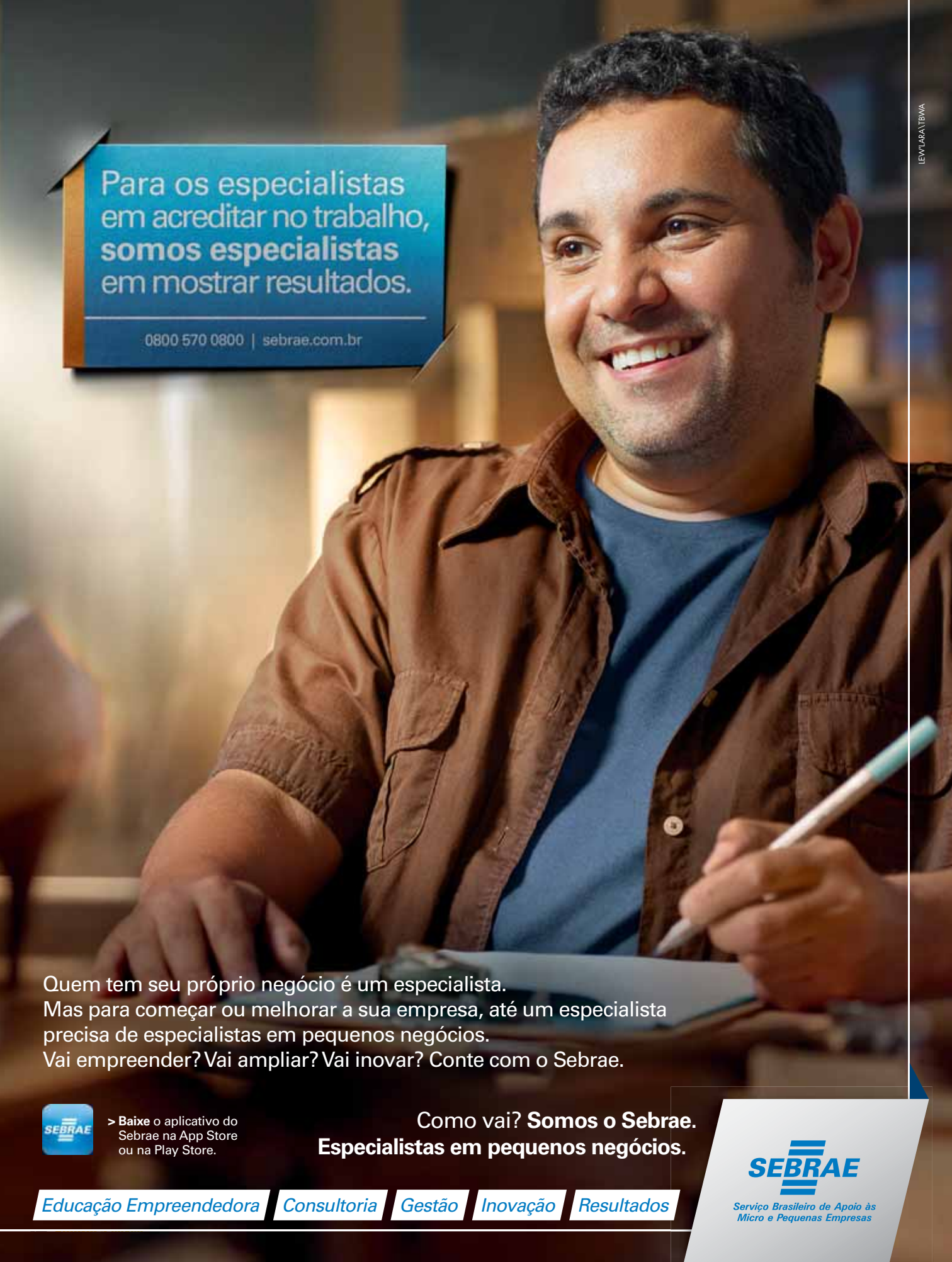
Enquanto isso, abrir um negócio em nosso país continua sendo o sonho dos relutantes e, muitas vezes, o pesadelo daqueles cuja vontade de realizar acaba prevalecendo, mesmo diante dos gigantescos obstáculos existentes no seu caminho.

**Palestrante, escritor, professor e administrador de empresas*

"É difícil entender as muitas restrições de adesão ao Simples Nacional que poderiam ser revogadas no artigo 17 da Lei Complementar 123/2006"

Sem tempo
para ir ao Sebrae?
E agora?
SEBRAE
> Baixe o aplicativo do
Sebrae na App Store.

Agora o Sebrae vai até você.
LEVI LARA \ TBWA
SEBRAE
NEGÓCIO a NEGÓCIO
SEBRAE 40 ANOS
O Sebrae pode ajudar você a encontrar soluções sob medida para sua empresa, sem que você tenha que sair dela. Agende uma consultoria NEGÓCIO A NEGÓCIO. Nossos profissionais irão até você e farão uma análise diretamente no seu negócio.
E agora? Sebrae agora.
Ligue 0800 570 0800.
Quem tem conhecimento vai pra frente | 0800 570 0800 | sebrae.com.br
SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas


Para os especialistas
em acreditar no trabalho,
somos especialistas
em mostrar resultados.
0800 570 0800 | sebrae.com.br
LEW'LARA\TBWA
Quem tem seu próprio negócio é um especialista.
Mas para começar ou melhorar a sua empresa, até um especialista
precisa de especialistas em pequenos negócios.
Vai empreender? Vai ampliar? Vai inovar? Conte com o Sebrae.
SEBRAE
> Baixe o aplicativo do
Sebrae na App Store
ou na Play Store.
Como vai? Somos o Sebrae.
Especialistas em pequenos negócios.
Educação Empreendedora
Consultoria
Gestão
Inovação
Resultados
SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas